



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
SETOR DE ATAS E DEBATES

Ata da Sessão Pública para discutir sobre a garantia da dignidade para o trabalho de entregadores que atuam prestando serviço para aplicativos em Maceió

Aos (15) quinze dias do mês de maio do ano de 2025, às 14:00hrs (quatorze) horas, sob a presidência e propositura desta sessão da vereadora Teca Nelma, reuniu-se a Câmara Municipal de Maceió situada na Rua Sá e Albuquerque, número 564, bairro Jaraguá nesta capital. Sendo realizada de forma híbrida e presencial. Para compor a Mesa dos Trabalhos foram convidados: Drº Rodrigo Alencar - Ministério Público do Trabalho (MPT), Srº Luciano Santos - Central Única dos Trabalhadores (CUT), Srº Sinval Costa - Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB), Srº Geraldo Carvalho - Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Sr.ª Ingrid Monteiro da Silva - do Grupo Guerreira sobre Rodas. A senhora presidente salientou que é urgente a necessidade de garantir os direitos trabalhistas para esta categoria que vem sofrendo há anos com a precariedade. “Essa audiência trata sobre dignidade e direitos. É papel do poder público acompanhar a situação destes trabalhadores que estão trabalhando mais de 60 horas por semana, enfrentando diversos riscos constantes de acidente. Em 2022, a Câmara Municipal aprovou um Projeto de Lei que garante pontos de apoio no município para estes trabalhadores, mas até hoje, não houve avanço nesse sentido. Em algumas capitais como Recife, João Pessoa, São Paulo e Rio de Janeiro prestam essa assistência aos entregadores, e Maceió, não. Trabalho precisa ser sinônimo de dignidade e não de sofrimento”, declarou a vereadora e propositora desta sessão pública, Teca Nelma. Facultada a



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
SETOR DE ATAS E DEBATES

apalavra ao procurador do MPT, Rodrigo Alencar, ressaltou que os entregadores vivenciam uma longa jornada de trabalho, e que a discussão dos direitos trabalhistas não pode ser esquecida. “Essa categoria tem muitos trabalhadores, mas está desamparada. Temos hoje vários trabalhadores com longas jornadas de trabalho e sem nenhum direito. É uma questão relevante são os pontos de apoio, questão da previdência, pois estima-se que 20% dos desses trabalhadores não recolhem para previdência. O entregador precisa de férias, de folga remunerada, 13º salário, e não é preciso ter aversão à CLT e sim ampliar o debate. O discurso que o mal empresariado quer é que a classe operária demonize a CLT, fugindo dos direitos assegurados”, considera. Facultada a representante do movimento Guerreira sobre Rodas, Eva Ingrid trouxe um relato emocionado sobre como é trabalhar para empresas de aplicativo, enfrentando situações adversas. “Há seis anos trabalho na entrega por aplicativo, tenho dois filhos, já sofri acidente grave, e passei mais de dez dias no Hospital Geral do Estado. Quando deixei o HGE, não tive nenhum auxílio dos aplicativos, mesmo enviando à plataforma todos os laudos. Cheguei a trabalhar doente e até mesmo 24 horas para bater a famosa meta”, relatou. Para o advogado Geraldo Carvalho, que representou a OAB, o cenário de precariedade precisa ser revertido e a categoria tem que se mobilizar para conseguir acesso aos direitos trabalhistas. Já a CUT e a CTB, representadas pelos seus respectivos presidentes, Luciano Santos e Sinval Costa, foram taxativos em apontar que as relações de trabalho entre os trabalhadores e as empresas de aplicativo têm sido cruel, e que uma das



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ
SETOR DE ATAS E DEBATES

saídas para este desgaste é coletiva, com atores políticos envolvidos e representantes dos entregadores para se construir consciência de classe e luta por direito. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente audiência pública. Do que, para constar, lavrei e digitei a presente ata que

dato e assino. Maceió, 15 de maio de 2025. Fabíola Marinho Barbosa –

R
e
d
a
t
o
r
a

d
e

A
t
a
s

e

D
e
b
a